

Notícias Sindicais, 06/11/14

Agência Brasil, 05/11/14

Líderes consideram inconstitucional norma que cria novas entidades sindicais

Agência Brasil Edição: José Romildo

Representantes sindicais de 22 estados brasileiros ligados à categoria de alimentação participaram hoje (5) de ato em frente ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. Liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins (CNTA Afins), o movimento solicitou ao governo a revogação da portaria 186 do MTE, de 2008, considerada como inconstitucional pelo movimento. De acordo com os sindicalistas, a portaria enfraquece a autonomia sindical.

Segundo o presidente da CNTA Afins, Artur Bueno de Camargo, a portaria, que reconheceu a criação de outra confederação nacional em 2013, contribui para enfraquecer a disputa de ideias dos trabalhadores.

"Estamos aqui hoje para reivindicar melhoria no trabalho de nossos representados, mas também para mostrar insatisfação com a portaria 186, que tem como consequência o divisionismo e enfraquecimento do movimento sindical", disse Camargo.

A CNTA entrou em 2008 com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn 4120) no Supremo Tribunal Federal (STF) no mesmo ano da divulgação da portaria. "Não podemos ter, segundo nossa Constituição, mais de uma entidade da mesma categoria em uma mesma base territorial: entendemos que o Ministério do Trabalho não está respeitando isso", disse Camargo. Hoje, o movimento também se reunirá, no Hotel Nacional, à tarde, para decidir, em assembleia, os rumos da categoria.

A *Agência Brasil* aguarda posicionamento do Ministério do Trabalho e Emprego sobre a solicitação do movimento sindical.

Portal da CUT

Região Sul da CUT avalia rumos da formação sindical

35º Coletivo Regional Sul de Formação será realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2014

Escrito por: Vera Gasparetto – Escola Sul • Publicado em: 05/11/2014

O 35º Coletivo Regional Sul de Formação será realizado entre os dias 26 e 28 de novembro de 2014, juntamente com o processo de Conferência Regional de Formação. O objetivo da atividade é de avaliar, verificar, debater e indicar o conjunto do processo de formação que vem sendo desenvolvido pelo movimento sindical cutista na região, identificar processos comuns e diversidades de modo a criar uma identidade política e trocar saberes e experiências.

Para isso a Escola Sul propõe a participação de dirigentes responsáveis pela formação tanto na estrutura horizontal (SEFs, Regionais e Coletivos Estaduais), como na estrutura vertical (ramos de atividade), além da presença das direções das CUTs, devido ao trabalho intersetorial que vem sendo desenvolvido.

O Coletivo é de grande importância para a avaliação, balanço e reflexão dos rumos da formação, bem como para o debate de estratégias de continuidade no atendimento às demandas apontadas pela Rede Sul, dialogando com realidade estadual e local e criando estratégias articuladas com a Política Nacional de Formação (PNF).

Público

Dirigentes das CUTs estaduais, Secretári@s de Formação dos Ramos e de Regionais, Assessorias e Formador@s da Rede de Formação das CUTs.

Os objetivos do Coletivo são:

1. Consolidar uma política de formação para atender as demandas da organização sindical da região sul, olhando para as CUTs, ramos e na busca da articulação por Macros Setores;
2. Debater e refletir sobre os temas comuns, papéis e tarefas de formação de cada integrante da rede de formação da Região Sul com vistas ao planejamento de 2015.
3. Socializar experiências, verificar identidades, limites e possibilidades para avançar no trabalho em rede na região.

Investimento

Cada representação arcará com suas despesas.

Programação: O conjunto da programação será detalhado em breve. De antemão solicitamos aos ramos/sindicatos estaduais que preparem uma breve exposição das atividades que vem desenvolvendo (10 minutos). Pretendemos montar uma exposição de material didático durante o Coletivo e para isso é importante que cada um traga as suas produções.

Inscrições

Solicitamos que as inscrições sejam realizadas nas SEFs c/c para a Escola Sul (formacao@escolasul.org.br), fone (48) 3266.7272.

Portal da CUT

ES: Metalúrgicos do Jurong garantem avanços na CCT

Trabalhadores do Estaleiro aprovam renovação da Convenção Coletiva do Setor Naval 2014/15

Escrito por: SINDIMETAL/ES • Publicado em: 05/11/2014 - 12:17 • Última modificação: 05/11/2014

Após a mediação ocorrida na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), onde foram apresentados avanços nas principais cláusulas da convenção, os metalúrgicos do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), aprovaram a proposta para a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Naval 2014/15.

A proposta garantia aos trabalhadores um reajuste salarial de 7%, sendo 5,3% referente à inflação do período (INPC) e 1,7% de ganho real; auxílio-alimentação de R\$ 250,00; custeamento de 40% do valor do plano de saúde de cada dependente; e o reajuste de 3% acima da inflação no valor dos pisos de ingresso. Os trabalhadores também tiveram 100% de abono das horas paradas.

Os avanços conquistados são resultados da união e mobilização dos trabalhadores, que não se intimidaram e lutaram para garantir melhores condições na convenção.

Portal da CUT

Jornalistas dos Correios conquistam jornada de 5 horas

Cláusula 70 da proposta de Acordo Coletivo dos trabalhadores da Empresa foi retirada

Escrito por: FENAJ • Publicado em: 05/11/2014

A retirada da cláusula 70 da proposta de Acordo Coletivo dos trabalhadores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos foi comemorada pelos jornalistas na semana passada e foi uma grande vitória da categoria na defesa da jornada diferenciada. Tal conquista resultou de um pedido da FENAJ ao Tribunal Superior do Trabalho, que analisou a situação dos Correios em audiência de conciliação.

No dia 24 de setembro houve uma audiência no TST onde estava sendo tratado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) dos Correios, por envolver duas federações distintas. O vice-presidente do Tribunal, ministro Ives Gandra Martins Filho, apresentou propostas na mediação do Acordo Coletivo entre os ecetistas e a empresa. Reconhecendo a FENAJ como parte do processo negocial e os jornalistas como categoria diferenciada, o ministro solicitou que fossem retiradas da proposta para acordo as questões atinentes aos jornalistas.

A cláusula 70, proposta pela ECT, buscava estabelecer jornada diária de 6 horas para os jornalistas compensarem folga aos sábados. A FENAJ sustentou que tal proposta era uma retaliação, porque ninguém da área administrativa da empresa trabalha aos sábados, só os jornalistas estão sendo obrigados a trabalhar. Tal postura se deu após recente decisão judicial que reconheceu a jornada especial da categoria. Desde 1º de abril de 2014, os jornalistas da ECT, que cumpriam 44 horas semanais, após decisão da Justiça do Trabalho passaram a cumprir 5 horas por dia.

O problema ainda não está totalmente superado, "mas a retirada da cláusula 70 é mais uma vitória importante, fruto da ação unitária dos jornalistas dos Correios junto com a FENAJ e os Sindicatos da categoria", destaca a vice-presidente da Federação, Maria José Braga, que, juntamente com os diretores Guto Camargo e José Carlos Torves, atuou diretamente nas articulações com os negociadores da ECT, com as federações dos trabalhadores dos Correios e com o TST.

Celso Schröder, presidente da FENAJ, lembra que a entidade tentou solucionar o problema pela via administrativa, mas a direção dos Correios insistiu em não reconhecer o direito dos jornalistas à jornada de 5 horas. Tal direito foi reafirmado em decisão da Justiça do Trabalho e agora confirmado na audiência no TST.

"Nossa posição está embasada administrativa e judicialmente. A expectativa agora é de que a direção dos Correios pare de impor aos jornalistas o trabalho aos sábados, o que é uma clara retaliação à categoria por nossa vitória na Justiça", considera Schröder. "Teimosia e insensatez não são posturas inteligentes e só arrastarão a solução do problema, com reflexos futuros para a própria empresa", concluiu.

Portal da CUT

DF: Ato em defesa dos terceirizados acontece no Buriti

Trabalhadores têm verbas rescisórias a receber ou estão de aviso prévio com pagamentos atrasados

Escrito por: Sindiserviços-DF • Publicado em: 05/11/2014

Cerca de seis mil empregados das empresas Juiz de Fora, Real JG Serviços Gerais, Servegel Apoio Administrativo e Suporte Operacional e Interativa Service, prestadores de serviços na limpeza

e conservação de diversos órgãos do Governo do Distrito Federal (GDF), têm verbas rescisórias a receber ou estão de aviso prévio, com pagamentos atrasados ou ainda prestes a perder o emprego.

Liderados pelo Sindiserviços-DF, sindicato que representa os terceirizados, os trabalhadores realizarão ato de protesto na quinta-feira (6), a partir das 8h, na Praça do Buriti, em frente ao Palácio do Governo do DF, para que seus direitos sejam respeitados e o emprego garantido.

Na tarde da última terça-feira (4), foi realizada audiência com o secretário da Fazenda (SEF/DF), Adonias dos Reis Santiago, solicitada pela deputada federal Erika Kokay (PT/DF) e que contou com as presenças da presidente do Sindicato, Maria Isabel Caetano dos Reis, do diretor de Comunicação e Imprensa, Antonio de Pádua Lemos, assessores do Sindiserviços-DF e da parlamentar.

A deputada e os sindicalistas foram diretos e objetivos ao solicitar para o secretário Adonias dos Reis que as parcelas devidas pelo GDF às empresas por prestação de serviços sejam diretamente utilizadas para o pagamento dos direitos dos trabalhadores. Pois, muitos pais e mães de família já não têm como se manter ou se deslocar ao trabalho.

O secretário, por sua vez, se comprometeu com os representantes do Sindiserviços-DF que estará se reunindo com os secretários da Casa Civil e do Planejamento e Orçamento e demais autoridades do governo, para buscar uma solução que resolva o problema dos trabalhadores o quanto antes.

Para a presidente do Sindiserviços-DF, Maria Isabel, muitos trabalhadores estão passando por sérias dificuldades e não podem chegar no final do ano atolados em dívidas pela falta do recebimento dos seus direitos e correndo risco de perderem seus empregos.

Ação Contra a Empresa Juiz de Fora

Após a substituição da empresa Juiz de Fora (que atrasava salários) pela empresa Apecê Serviços Gerais, referente ao novo contrato dos serviços de limpeza e conservação do Hospital de Base de Brasília e a Farmácia Ambulatorial do Sia, a Secretaria de Saúde do DF reduziu no contrato 70 trabalhadores de um total de 400.

Tanto os trabalhadores 70 dispensados ou os que desistiram de ser absorvidos pelo novo contrato com a Apecê, fazem parte da Ação Coletiva de 400 ex-trabalhadores da empresa Juiz de Fora que estão requerendo na Justiça do Trabalho o alvará para que possam sacar a multa de 40% do FGTS a que tem direito.

A ação também exige que a empresa pague o seguro desemprego e todas as verbas rescisórias que os trabalhadores têm direito, conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A Ação Coletiva contra a Juiz de Fora também foi abordada na reunião com o secretário Adonias dos Reis. Ele ficou de incluir o assunto na pauta da reunião com as demais autoridades do GDF.

Portal da CTB

Livro sobre a infância roubada pela ditadura é lançado nesta quarta

O livro "Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura no Brasil" será lançado nesta quarta-feira (5) como resultado do ciclo de audiências "Verdade e Infância Roubada" realizadas em maio de 2013 e contém as histórias das mães e filhos de presos políticos, perseguidos e desaparecidos da ditadura. O lançamento acontecerá a partir das 19h na Biblioteca Mário de Andrade com distribuição gratuita do livro aos presentes.

O projeto nasceu da necessidade que a Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva" sentiu de colocar luz sobre a dimensão da violência cometida pela ditadura. Se o inventário de violações de direitos humanos que nos foi legado do regime de 1964 é extenso e profundo, fato é que esse capítulo das violências contra crianças e adolescentes é uma das faces mais perversas desse poder repressor. São crimes contra a humanidade que devem ser apurados com a devida punição dos responsáveis.

Hoje, aquelas crianças são adultos na faixa de 40 ou 50 anos, cujas histórias ainda não haviam sido contadas. Os depoimentos foram marcados por lembranças da prisão, do exílio, do desamparo, de questionamentos em relação às suas identidades, de medo, insegurança, isolamento, solidão e vazio que, em muitos casos, são traumas não superados.

O "Esperamos que esta publicação que o leitor tem em suas mãos contribua para este momento privilegiado de nossa história, no qual a busca pela verdade, memória e justiça em relação ao período da ditadura se torna fundamental para o fortalecimento de nossa incipiente democracia. Só assim poderemos garantir um futuro melhor às novas gerações de crianças e adolescentes de nosso país", declara Adriano Diogo, presidente da Comissão "Rubens Paiva".

Serviço

Lançamento do livro "Infância Roubada: crianças atingidas pela Ditadura no Brasil"

Data: Quarta-feira (5)
Horário: 19h
Local: Biblioteca Mário de Andrade
Rua da Consolação, 94, centro de São Paulo
Fonte: Comissão da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva"

Diap, 06/11/14

Assédio moral pode ser enquadrado como improbidade administrativa

Assédio moral contra servidor público poderá ser enquadrado como ato de improbidade administrativa. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (5), em decisão terminativa, o PLS 121/09, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) que criminaliza essa prática na Administração Pública. O projeto original punia até com demissão o servidor que praticasse o assédio.

Substitutivo elaborado pelo relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), acrescenta à Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) mais uma hipótese de conduta contrária aos princípios do serviço público. Originalmente, Inácio Arruda pretendia inseri-la no rol de proibições estabelecidas na Lei 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais (RJU).

O foco da intervenção foi deslocado, segundo justificou o relator, para contornar inconstitucionalidade que havia no texto da proposta.

"A iniciativa de projetos de lei referentes a servidores públicos e seu regime jurídico compete ao chefe do Poder Executivo respectivo e nem mesmo a sanção pode convalidar o vício de iniciativa e sanar a inconstitucionalidade formal de proposições que violem esse preceito", argumentou Taques.

Decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconhecendo assédio moral de um ex-prefeito contra servidora municipal como ato de improbidade administrativa incentivou Taques a recomendar seu enquadramento na Lei 8.429/92.

"O assédio moral é uma prática execrável, que deve ser extirpada das relações de subordinação empregatícia, ainda mais no serviço público, onde o Estado é o empregador e o bem comum é sempre a finalidade", sustentou Taques.

A definição dada à conduta no PLS 121/09 acabou sendo mantida no substitutivo: coação moral realizada por autoridade pública contra seu subordinado, por meio de atos ou expressões que afetem sua dignidade ou imposição de condições de trabalho humilhantes ou degradantes.

Tramitação

O projeto ainda será votado em turno suplementar pela CCJ. O relator Pedro Taques comprometeu-se a analisar, nessa fase, a sugestão do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para caracterização da conduta dolosa do agente coator.

Após esse segundo turno de votação, se não houver recurso para votação pelo plenário do Senado, o PLS 121/09 será encaminhado para exame da Câmara dos Deputados. *(Com Agência Senado)*

Portal da UGT

Trifil é condenada por forçar empregado a mostrar cueca em revista íntima

05/11/2014

A empresa Itabuna Têxtil S.A., dona das marcas Trifil e Scala, foi condenada pela Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho a pagar indenização de R\$ 3 mil a um de seus auxiliares de produção por danos morais. A fabricante de calcinhas, sutiãs e meias, segundo a Justiça, submetia o trabalhador a revista íntima na qual era obrigado a exibir o cós da cueca a um vigilante.

A condenação mudou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região (BA), para quem a revista não era dirigida unicamente ao trabalhador que se queixou. Por isso, não seria razão para que ele considerasse aquela situação vexatória. A informação foi publicada no site do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Segundo afirmou o auxiliar de produção, os empregados eram forçados a mostrar as roupas íntimas, ainda que parcialmente. Era a forma da empresa saber se os trabalhadores estavam levando alguma peça da linha de produção. Para o funcionário, aquela revista íntima causava constrangimento diante dos demais colegas de trabalho e da sociedade, "que forma o convencimento de que os funcionários daquela fábrica não são dignos de confiança".

A empresa alegou em sua defesa que a inspeção consistia na exibição do cós da cueca ou do calcinha, da alça do sutiã e das meias. Isso só era feito diante do vigilante e em local restrito, e de forma aleatória, por meio de sorteio eletrônico. Segundo a empresa, o procedimento era lícito e previsto no contrato de trabalho e no acordo coletivo de trabalho da categoria.

Para o relator do recurso, ministro Mauricio Godinho Delgado, "a realização da inspeção pessoal pelo empregador configura inegável abuso no exercício do poder fiscalizatório".

Ainda segundo o ministro, ainda que não houvesse contato físico na hora da inspeção, a revista implicava na exposição indevida da intimidade.

A empresa foi procurada na noite desta terça-feira (4), mas até o momento não comentou a condenação.

Fonte: IG

Portal da CSB

Em cinco anos, programa habitacional gera 1,2 milhão de empregos

Pesquisa da FGV concluiu que programa amenizou déficit habitacional e contribuiu para a melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres

Estudo preparado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborado a pedido de entidades da construção civil, identificou que, em cinco anos de operação, o Programa Minha Casa Minha Vida foi responsável por resultados importantes para a economia brasileira.

O Programa permitiu, conforme o estudo, a abertura de 1,2 milhão de novos postos de trabalho e incrementou a arrecadação tributária de R\$ 17,8 bilhões em tributos diretamente aplicados na construção civil e R\$ 15,7 bilhões nas demais atividades envolvidas na produção dos conjuntos habitacionais.

Além disso, de acordo com o estudo, elaborado pela professora Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos da construção da FGV, o Minha Casa Minha Vida contribuiu para amenizar o déficit habitacional em pelo menos três categorias e para a melhoria das condições de moradia das camadas mais pobres da sociedade brasileira. O estudo "Políticas Permanentes de Habitação" avaliou o impacto do Minha Casa Minha Vida na construção civil.

"O déficit habitacional no Brasil, em sua composição, é quase totalmente de famílias de baixa renda. Hoje, 73% das famílias que estão no déficit têm até três salários mínimos", afirma a pesquisadora.

Segundo ela, as pessoas de baixa renda têm mais dificuldade de se inserir nas condições exigidas pelos agentes financeiros. "Os programas habitacionais, ao fornecer subsídios e condições de financiamento subsidiadas, permitem inserir essa população e ajudam a reduzir o déficit habitacional", disse Ana Maria Castelo.

Demanda por habitação

Ao avaliar os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre o déficit habitacional, a pesquisadora conclui que o Minha Casa Minha Vida amenizou partes do déficit habitacional brasileiro, como a coabitação (quando familiares compartilham a mesma residência), que caiu em 24,12%.

Já no caso das habitações precárias (aquelas em áreas de risco e sem acesso a serviços), a redução no déficit foi de 18,99%. No caso do déficit causado pelo adensamento (ocupação do solo sem o planejamento), o déficit caiu em 5,45%.

De acordo com o Ipea, o programa reduziu em 8,04% o total do déficit habitacional no período de 2009 e 2012. Em unidades habitacionais, o déficit está estimado em 5 milhões de moradias.

A pesquisadora estimou que a demanda por habitação de baixa renda deva alcançar 20 milhões de unidades em 2024. Para atender 51% dessa demanda habitacional, será necessário, segundo ela, construir 11,2 milhões de habitações sociais, a um custo total de R\$ 760 bilhões.

Para chegar a este volume, a professora Ana Castelo estimou em R\$ 68,1 mil o custo de cada unidade habitacional, o que, multiplicando pela demanda de 11,2 milhões de moradias, corresponde a um investimento total de R\$ 760 bilhões em dez anos – R\$ 76 bilhões ao ano.

Até 29 de julho, foram contratadas, de acordo com a Caixa Econômica Federal, 3 milhões 553 mil 314 unidades habitacionais por meio do Minha Casa Minha Vida.

Foram investidos, nestas moradias, mais de R\$ 223 bilhões. Deste total, foram concluídas 2.040.706 habitações (R\$ 136, 87 bilhões), 797.666 (R\$ 44,98 bilhões) estavam em produção e 692.942 (R\$ 39,25 bilhões) estavam na fase inicial, com a obra executada em até 25%.

Política de estado

Para a melhor continuidade dos programas de habitação de interesse social, a professora Ana Maria Castelo defende a tese de que programas como o Minha Casa Minha Vida sejam transformados em políticas de estado. "É preciso que haja uma política continuada para habitação de interesse social", afirmou.

Para a professora, o Minha Casa Minha Vida precisa superar questões como o valor do preço dos terrenos, sobretudo nos grandes centros, a destinação de áreas para moradia de interesse

social, a qualificação de mão de obra do mercado do setor e a melhoria da produtividade nas construtoras.

A economista Ana Maria Castelo acredita que a modalidade de arrendamento ou aluguel social, "sem tradição no Brasil", poderia ser alternativa às ações de redução do déficit habitacional.

"A gente não vai conseguir resolver toda questão da necessidade de habitação simplesmente produzindo moradias novas. Essa é uma parte importante, mas essa forma de atendimento não dá conta de toda a necessidade habitacional", afirmou Castelo.

O estudo elaborado pela pesquisadora da FGV para analisar o impacto do programa Minha Casa Minha Vida na construção civil foi encomendado pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo (Secovi-SP), Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo (Sinduscon-SP), Associação Brasileira das Incorporadoras (Abrainc), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop).

Fonte: Agência Caixa de Notícias

Portal da CSB

Nicaraguenses vítimas de trabalho escravo em Roraima são repatriados

MPF denunciou duas pessoas por trabalho escravo no município de Cantá. Três nicaraguenses, vítimas de tráfico humano, trabalhavam em fazenda

Após o resgate de três nicaraguenses, 'vítimas de crime de redução à condição análoga a de escravo', em uma fazenda no município de Cantá, em agosto deste ano, o Ministério Público Federal em Roraima (MPF/RR) conseguiu nesta semana o repatriamento desses estrangeiros para o país de origem.

Os trabalhadores foram vítimas de tráfico de pessoas, mediante o contato de um brasileiro, com residência nos Estados Unidos, que prometeu excelentes condições de trabalho a quatro nicaraguenses. Após aceitarem a oferta e desembarcarem no Brasil, eles ficaram cerca de oito meses isolados na propriedade, em condições de higiene e segurança totalmente inadequadas, sem receber regularmente salário.

Mediante articulação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Consulado da Nicarágua, o MPF conseguiu o retorno dos três estrangeiros à Nicarágua. O quarto nicaraguense já havia conseguido fugir e retornar à sua terra natal.

Durante o período em que aguardavam o retorno ao seu país, os trabalhadores foram acolhidos em uma casa de apoio fornecida pelo governo do estado, na qual recebiam os mantimentos necessários, por meio de articulação entre os órgãos competentes.

Denúncia

As investigações sobre o caso tiveram início após o comparecimento na Sala de Atendimento ao Cidadão do MPF/RR de uma das vítimas, que conseguiu fugir e procurou o órgão para relatar as condições de trabalho encontradas na fazenda do município de Cantá.

Após as apurações, imediatamente foi requisitada instauração de inquérito policial pelo MPF e na mesma semana foi cumprido mandado de busca e apreensão por ordem da Justiça Federal. No dia 4 de agosto, os nicaraguenses foram encontrados em uma fazenda de difícil acesso, trabalhando em condições degradantes.

O MPF/RR ofereceu denúncia contra duas pessoas, por crimes de redução à condição análoga a de escravo, de frustração, mediante fraude a direitos assegurados na legislação do trabalho, além de ocultação de estrangeiro em situação irregular. O órgão ministerial também requereu à Justiça a antecipação de provas, no intuito de realizar a oitiva dos trabalhadores e permitir o retorno à Nicarágua, evitando prejuízo ao processo, bem como o entrave no repatriamento, o que foi deferido.

O Ministério Público Federal pediu a condenação dos denunciados pelos crimes cometidos, além do pagamento de indenização, a título de danos morais individuais, a cada trabalhador.

Além das medidas adotadas pelo MPF, o Ministério Público do Trabalho (MPT) também ajuizou medidas judiciais, com o fim de garantir os direitos trabalhistas das vítimas. A ação do MPT tramita atualmente na Justiça do Trabalho em Boa Vista.

Fonte: G1

Portal Mundo Sindical

Confederação dos Químicos promove jornada jurídica em Nova Iguaçu

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Químico promoveu de 30 de outubro a 1º de novembro a V Jornada Jurídica da CNTQ em Nova Iguaçu (RJ). A jornada buscou discutir temas que estão no cotidiano dos sindicatos, de forma a aprimorar a atuação de sindicalistas e seus assessores jurídicos, reunindo, nesta quinta edição, advogados, assessores jurídicos, procuradores, juizes, desembargadores, lideranças e dirigentes sindicais de todo o país.

Após a execução do Hino Nacional, na abertura do evento, os presentes homenagearam com um minuto de silêncio o secretário da Força Sindical Regional da Baixada Santista (SP), Márcio Pires Ribeiro, que faleceu dia 30.

Os trabalhos foram abertos pelo presidente da CNTQ, Antonio Silvan Oliveira, ao lado do presidente da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico e Farmacêuticos do Rio de Janeiro (FEQUIMFAR RJ), Isaac Wallace de Oliveira, e do presidente do Sindicato dos Químicos de Nova Iguaçu, Sandoval Marques. Participaram ainda da solenidade de abertura a secretária de Formação da CNTQ, Maria das Graças Carriconde; o presidente da Fequimfar SP, Sérgio Luiz Leite, e de Minas Gerais, Carlos Cassiano; o secretário geral da Força RJ, David de Souza, representando o presidente Francisco Dal Prá; o tesoureiro da CNTQ e presidente da Força Sindical SP, Danilo da Silva; o presidente do Sindicato dos Químicos de Belo Horizonte (MG), Vandelir Messias Alves; o Secretário da Confederação para a Região Centro-Oeste, Diego Hilário Ribeiro, e o secretário adjunto, Alcemir Remelli; o secretário adjunto para a Região Sudeste, Gilberto Kirsten; o consultor jurídico da CNTQ, César Augusto de Mello; a presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB RJ, Rita Cortez e Leandro Aresta da Silva, representante da OAB Nova Iguaçu.

Participaram do encontro 120 dirigentes sindicais, juristas e advogados, vindos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Goiás e Santa Catarina.

A palestra inicial da 5ª Jornada foi proferida por Francisco Gérson Marques de Lima, Procurador do Trabalho da 7ª Região (CE), com o tema "Garantias dos Dirigentes Sindicais e Proteção em Face dos Atos Antissindicais". A jornada discutiu, ainda, "Negociação Coletiva e Atuação Judicial", com Luiz Eduardo Gunther, Desembargador do TRT da 9ª Região (PR); "Ultra Vigência das Normas Coletivas; Acordos e Convenções: data base, PLR, turnos", com Patrícia Terezinha de Toledo, Desembargadora do TRT da 2ª Região (SP); "TAC e seus efeitos", com Ronaldo Lima dos Santos, Procurador do Trabalho da 2ª Região (SP).

No último dia, César Augusto de Mello, consultor jurídico da CNTQ, presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB-SP e membro da Comissão Nacional de Direito Sindical do Conselho Federal da OAB e Amílcar Albieri Pacheco, consultor jurídico da CNTQ e presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB Guarulhos (SP), discutiram durante toda a manhã projetos de leis e resoluções de interesse dos sindicalistas, como a Súmula OJ Nº 419 do TST e suas implicações; o PL 4.330 – a Terceirização: processo no STF – repercussão geral; as ações que tratam da correção do FGTS; bem como o MPT e as contribuições sindicais e a importância da Comissão de Direito Sindical nas OABs.

Para a organizadora do evento, a secretária de Formação da CNTQ, Maria das Graças Carriconde, o momento é de grande desafio no Brasil e é preciso fazer o enfrentamento com argumentos e embasamento. "Sem advogados, ficamos sem muletas. E a OAB está junto com o movimento sindical, para encontrar caminhos e ecoar nossos gritos pela classe trabalhadora", disse Graça Carriconde. A presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB RJ, Rita Cortez, completou: "Nossa Comissão dentro da OAB dá suporte às reivindicações e atividades dos Sindicatos e luta pela dignificação dos advogados que prestam serviço aos Sindicatos, que têm papel fundamental na proteção do trabalhador. Precisamos, juntos, formular alternativas para que tenhamos um trabalho decente em nosso país, como determina a OIT".

O presidente da Fequimfar RJ, Isaac Wallace, afirmou que os participantes voltarão para suas cidades com outro olhar sobre diversos assuntos e agradeceu o suporte que a CNTQ dá às entidades do Rio de Janeiro. Sandoval Marques, presidente do Sindiquímica-NI, sindicato anfitrião, assinalou que todos saíram do encontro sabendo mais e mais seguros, já que puderam tirar suas dúvidas e trocar experiências.

O secretário geral da Força RJ, David de Souza, disse que a maior parte dos problemas enfrentados pelos sindicatos vem do desrespeito ao artigo 8º da Constituição Federal e da falta de regulamentação. "Os trabalhadores querem e merecem mais e estamos aqui, nos aperfeiçoando, para atingir esse objetivo", disse David.

O presidente da Força SP, Danilo da Silva, lembrou que o próximo congresso da Confederação é no final deste ano e ressaltou que a bancada de deputados ligados ao movimento sindical no Congresso Nacional caiu para 46 parlamentares. "Avançamos na igualdade de salários e em pontos importantes, mas precisamos estar preparados, porque vamos enfrentar problemas. E sem o Departamento Jurídico, não temos segurança para atuar", completou.

Já o presidente da CNTQ, Antônio Silvan, disse que Nova Iguaçu está num momento de crescimento do setor químico e seus dirigentes sindicais se esforçam para melhorar as condições de trabalho e mudar a situação dos trabalhadores dessa importante região. "Temos grande responsabilidade e, em função dela, temos sempre que estar melhor preparados para trabalhar de forma mais produtiva e fazer a justiça que tanto buscamos, que é a justiça social", arrematou Silvan.

Portal Mundo Sindical

Ministros do Trabalho e da Secretaria de Política para as Mulheres debatem o trabalho da mulher no Brasil

O ministro do Trabalho, Manoel Dias e da Secretaria de Política para as Mulheres, Eleonora Menicucci estarão no auditório da Fundacentro no próximo dia 7 (sexta) para juntos promoverem o debate sobre o trabalho da mulher no Brasil durante a realização do II Seminário de Sociologia da Fundacentro: Condições de trabalho das mulheres no Brasil.

Neste seminário teremos apresentações que abordarão as especificidades das condições de trabalho em atividades tipicamente femininas. Assim, o II Seminário irá apresentar o trabalho das cuidadoras, das manicuras e também estudos sobre atividades em que elas passam a ocupar mais espaço como no trabalho das engenheiras. Considerando o trabalho no campo e em pequenas comunidades, haverá também uma mesa redonda sobre a luta das mulheres pelo reconhecimento do trabalho no campo e em comunidades tradicionais.

É crescente a participação das mulheres nos mais diversos ramos de atividade e ainda com desigualdades de remuneração e de condições de trabalho. A propósito, a maior categoria profissional do Brasil é feminina: são as empregadas domésticas, que recentemente receberam reconhecimento como trabalhadoras incorporadas na CLT.

As palestras terão a apresentação das pesquisadoras, Juliana Andrade Oliveira e Myrian Matsuo e Maria do Rosario Sampaio, todas da Fundacentro. Como coordenadoras das mesas redondas, haverá a participação de Tereza Luiza Ferreira (Chefe do Serviço de Psicologia e Sociologia da Fundacentro) e Daniela Sanches (Tecnologista do Serviço de Ergonomia). Além destas pesquisadoras da entidade, foram convidados palestrantes da Fundação Carlos Chagas, Rosa Maria Lombardi e da Universidade Federal de Santa Maria, a professora Jurema Brites, antropóloga especialista no estudo do trabalho doméstico.

O Seminário de Sociologia da Fundacentro teve a sua primeira edição em 2010, com o tema "O Trabalho Emocional e o Trabalho de Cuidar". Naquela ocasião recebemos dois importantes sociólogos de renome internacional para discutir uma temática cada vez mais presente e nova nos estudos acadêmicos: a do trabalho de cuidados realizado pelas cuidadoras de idosos e do uso das emoções no trabalho.

A presidenta da Fundacentro, Maria Amelia Reis também fará uma apresentação científica abordando o tema "Mulheres no trabalho artesanal em comunidades tradicionais".

Ao final da tarde, as organizadoras do Seminário farão o lançamento da publicação eletrônica com as palestras do Seminário ocorrido em 2010, cujo título é: "O trabalho emocional e o trabalho de cuidado". A publicação, assim como os demais materiais da Fundacentro, poderá ser acessada e baixada gratuitamente no site da biblioteca da Fundacentro.

O Seminário acontece no auditório da instituição em SP, no dia 7 de novembro, das 8h30 às 17h.

Fonte: Fundacentro - 05/11/2014

Agência Sindical

TST lança nova campanha de prevenção de acidentes

O Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho (Programa Trabalho Seguro), vinculado ao Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça do Trabalho, iniciou no final de semana uma nova campanha nacional, que vai divulgar ações de incentivo a trabalhadores e empregadores para a aplicação de medidas visando a prevenção de acidentes.

O tema da campanha deste ano é "Prevenção é o melhor caminho". A ideia central é que acidentes não podem fazer parte da rotina nem acontecem por acaso, e sim por descaso.

Campanha - Desde domingo (2), emissoras de TV estão veiculando vídeos produzidos especialmente para a campanha. Ao todo, serão cinco vídeos que têm por objetivo chamar a atenção da sociedade para a importância de ações de prevenção.

Informações: www.tst.gov.br

Portal do MST

General reverte imissão de posse e favorece latifundiário no Vale do Paraíba

5 de novembro de 2014

Por Luiz Felipe Albuquerque - Da Página do MST

Cerca de 50 famílias Sem Terra correm o risco de serem despejadas do pré-assentamento Egídio Brunetto, no município de Lagoinha, na região do Vale do Paraíba. A ordem de despejo está marcada para esta sexta-feira (7).

O curioso desse processo é que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já tinha conquistado a imissão de posse da Fazenda Bela Vista desde o dia 7 de abril deste ano, pelo fato da área de 1.650 hectares ter sido considerada improdutiva e ser decretada de interesse social para fins de Reforma Agrária, em dezembro de 2012.

Entretanto, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) entrou na justiça para questionar a viabilidade do assentamento na região, por ser considerada uma zona de amortecimento (área entorno de uma unidade de conservação).

Porém, como lembra o superintendente substituto do Incra de São Paulo, Sinésio Luiz Paiva Sapucahy Filho, a Fundação Florestal já deu parecer quando inquirida a esse respeito pela Cetesb, afirmando que o local está fora da zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Mar.

“Ocorre que consta no processo uma manifestação do General responsável pela base Aérea do Exército existente em Taubaté, dirigida ao Incra (mas aqui nunca recebida) e ao Secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo, manifestando que o local deveria ser de interesse público, visto que sobre o imóvel se concentrava o treinamento dos helicópteros do Exército e que sempre tiveram o apoio do proprietário do imóvel para esta atividade”, conta Sinésio.

Com base nesse documento, foi pedida nova manifestação da Fundação Florestal, que reiterou que o imóvel está fora da zona de amortecimento e que o treinamento militar é altamente impactante ao meio ambiente. “Mas estranhamente, com base nisso, recomenda a não concessão da licença ambiental ao Incra, o que é então acatado pela Cetesb, indeferindo o pedido de licença ambiental prévia”, explica o funcionário do órgão federal.

Valdir Martins, da direção regional do MST, também contesta o posicionamento do órgão federal. “Existe um milhão de pés de eucalipto de grandes fazendeiros plantados no topo da Serra do Mar, que destrói com a biodiversidade da região. Qual a legitimidade da Cetesb dizer que um assentamento iria causar impacto ambiental na região?”, questiona.

O Sem Terra ainda atenta para o fato de que a fazenda está completamente desmatada, e que o projeto de assentamento do Incra prevê todo o reflorestamento da área, recuperando as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL).

De acordo com Sinésio, o Incra está recorrendo na segunda instância da Justiça Federal (TRF3) contra a decisão. Em paralelo, também foi dado conhecimento ao Ministério Público Federal, que já solicitou manifestação da Cetesb sobre o assunto.

Disputa de território

Segundo os Sem Terra, a região do Vale do Paraíba é constituída por forças políticas que impedem o avanço da Reforma Agrária na região. Um dos motivos é a alta valorização das terras, por estarem entre o eixo Rio/São Paulo e contarem com grandes reservas d'água.

“Quando ocupamos uma fazenda nessa região, a briga menor é com o fazendeiro. O Vale é uma região muito conservadora, com força militar, grandes empresas e meios de comunicação com propriedades de terras”, observa Valdir.

A própria Fazenda Bela Vista, quando ocupada, estava arrendada para a Família Saad, donos do canal de televisão Bandeirantes.

Valdir comenta que muitas das terras da região remetem à época da política Café com Leite, tendo muitas propriedades sem registro, com dívidas trabalhistas e problemas ambientais.

Por causa disso, “as forças políticas da região ficam alegando que não é possível criar assentamentos, por ser uma região muito montanhosa. Isso é mentira, há muito terra boa com possibilidades de produzir alimento de qualidade para a população, criar agroindústrias e contribuir com o desenvolvimento das cidades entorno”, comenta Valdir, ao lembrar que a cidade de São José dos Campos, com 650 mil habitantes, é obrigada a importar 90% do alimento que consome.

As próprias famílias do pré-assentamento Egídio Brunetto já vinham cultivando hortaliças na área.

Uma semana após a conquista da fazenda, em abril, os Sem Terra realizaram um processo de formação em que debateram o futuro do assentamento.

No centro do debate, foi destacado a possibilidade de desenvolver experiências agroecológicas no assentamento, ao mesclarem plantação de grãos num local, pecuária em outro, além de hortaliças e árvores frutíferas integrados aos Sistemas Agroflorestais (SAFs).

No entanto, Valdir afirma que “não vamos desistir da área. Já tivemos muito esforço para conquistá-la, e não vamos permitir que se dêem passos para trás na luta pela Reforma Agrária na região”.

Organizado por Ernesto Germano